

## A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS INCLUSAS NAS AÇÕES PROPOSTAS PELA GESTÃO ESCOLAR EM CARUARU-PE

Ana Carolina de Souza Silva; Orquídea Maria de Souza Guimarães

*Universidade Federal de Pernambuco  
carolinasouza.ufpe@gmail.com  
orquidea.sguimaraes@ufpe.br*

### **Resumo**

Esta pesquisa buscou conhecer a relação estabelecida entre a escola e a família de crianças com necessidades educacionais especiais, através da caracterização das atividades promovidas pela equipe gestora de uma instituição de ensino localizada no município de Caruaru – PE e também da forma como as famílias participam destas estratégias. Tem como referencial teórico autores que tratam da gestão educacional e da educação inclusiva, bem como parâmetros legais e conceitos que aprofundam este campo de pesquisa, tomando como referência Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), Oliveira, Lopes. Et. al. (2016) e Carvalho (2013). A metodologia fundamenta-se na abordagem qualitativa, desenvolvida em uma escola municipal de Caruaru, que se destaca no município pelo quantitativo de estudantes inclusos. Recorremos a observações em campo e a entrevista com profissionais da escola e familiares de crianças inclusas, nos levando a perceber que as formas de participação familiar são diversas e que a instituição preza por elas. Percebemos ainda a maneira plural como a relação família/escola se estabelece nesta instituição e contribui diretamente para o desenvolvimento individual e coletivo de todos os atores envolvidos no processo de escolarização e inclusão social.

**Palavras-chave:** Escola, família, gestão escolar, inclusão.

### **Introdução**

O ambiente escolar é um espaço dinâmico que conta com a participação ativa de diferentes profissionais, pais e alunos em seu cotidiano. No entanto, para que as necessidades desse coletivo sejam atendidas faz-se necessário a coordenação das atividades e dos trabalhos desenvolvidos através de uma gestão social.

A gestão está diretamente ligada à organização escolar, que tem como função planejar, racionalizar coordenar e avaliar as ações desenvolvidas na escola. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 318) "a gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização". Nesse sentido, a gestão e a organização escolar ao mesmo tempo em que mobilizam a tomada de decisão, definindo os objetivos institucionais, é responsável por efetivar as ações visando atingi-los

A gestão é ainda, orientada por diferentes perspectivas, sendo a gestão democrática, garantida no art. 206. da Constituição Federal, uma forma de gestão em que todos são responsáveis pela tomada de decisões gerando assim, uma escola autônoma e integrada com a comunidade onde todos são sujeitos ativos no funcionamento da organização da escola, pois, “por um lado é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns; por

outro, depende também de capacidades e responsabilidades individuais e de uma ação coordenada e controlada” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2005, P. 328).

Sendo assim, a gestão democrática é aquela que envolve a participação de todos nas decisões, no entanto, o gestor escolar continua tendo a função de gerir e mobilizar a escola, visto que, "destaca-se a postura do dirigente escolar, pois, enquanto gestor tem a responsabilidade de liderar, articular e coordenar as partes e não mais de executar o trabalho sozinho e com ações isoladas" (NASCIMENTO, MARQUES 2012, p. 72) ainda assim, as responsabilidades são compartilhadas e envolvem professores, familiares, alunos e demais membros que englobam o corpo escolar.

Entende-se que a gestão participativa é fundamental para uma educação que trate da inclusão, seja ela social, étnica, racial ou educacional especial. Posto isto, têm-se a compreensão de que a educação inclusiva trata não só da inserção dos sujeitos no ambiente escolar, mas também das estratégias necessárias para a efetiva sociabilização e interação dos mesmos com os demais indivíduos da sociedade. Para tal, se faz necessária uma comunicação ativa entre a escola e a família destes alunos, mediada pela gestão.

Em função disso, tomamos como problema de investigação saber como ocorre a relação entre a escola e a família de crianças com necessidades educacionais especiais. A escolha desta temática se deu pela compreensão da importância da participação de todos para o cumprimento dos direitos e deveres da criança com necessidade educativa especial, levando em conta o fato da relação família-escola possibilitar a eficiência do processo administrativo para o estabelecimento do ensino-aprendizagem no âmbito da inclusão.

Para tal, analisar essa relação se configurou como nosso objetivo geral e, como específicos, caracterizamos as estratégias construídas pela gestão para estabelecer a relação entre a instituição escolar e a família e como ocorre a participação da família nas estratégias construídas.

## **Compreensão teórica**

### **Compreensão de gestão educacional**

A escola é uma instituição educacional de cunho social, dotada de responsabilidades que tem como objetivo a "formação humana por meio de práticas políticas, sociais e pedagógicas" (BRASIL, 2006, p. 25). No entanto, para que as práticas escolares ocorram de maneira

eficaz, faz-se necessário que a escola seja administrada a partir de uma articulação com o meio social em que se encontra.

A administração escolar, por sua vez, se diferencia da administração empresarial por ser a escola um ambiente que envolve seres sociais e subjetivos, que estão em constante mudança, e passam grande período de suas vidas interagindo nesse contexto, orientado por regras e normas externas e internas.

Existem diferentes concepções de gestão escolar, uma delas diz respeito à ideia fundamentada nas teorias da administração que concebe a gestão como a utilização racional de recursos para atingir determinados objetivos, tomando assim as questões escolares como algo simplesmente administrativo. Por outro lado, há a concepção de gestão que deriva

Da natureza, das funções, dos objetivos e dos valores das escolas, alicerçados no campo da formação humana e sociocultural. A maneira de conduzir uma escola reflete, portanto, os valores, concepções, especificidades e singularidades que a diferenciam da administração capitalista (BRASIL, 2006, p. 29)

Esta concepção leva em conta a subjetividade dos indivíduos que compõem a instituição, bem como a sua importância na tomada de decisões, possibilitando à escola atender as especificidades da sociedade na qual está inserida, dado que uma organização social tem conflitos, relações contraditórias e necessidades que diferem de um lugar para outro.

Assim, este modelo denominado de gestão democrática busca atingir seus objetivos através da ação participativa, pois como afirma Libâneo, Oliveira, Toschi (2005, p. 328) “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”.

Uma característica consequente dessa concepção de gestão é a construção de uma escola autônoma e integrada com a comunidade onde os indivíduos são sujeitos ativos, sem deixar de lado a função específica e individual dos participantes, mas, ao articular as diversas funções, possibilitar que as decisões sejam realmente efetivadas.

A gestão democrática de assegurar o direito à educação na forma de lei. Vale salientar que este é um direito de todos, ministrado com base no princípio de igualdade para o acesso e a permanência na escola e que por este motivo os indivíduos com necessidades, sejam elas quais forem, acobertados pela política da inclusão tendo o Estado e a família como responsáveis pelo seu cumprimento e a escola como mediadora dessas duas instâncias.

## Educação inclusiva

A Constituição no art. 205. e demais documentos federais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), entre outros declaram a educação como um direito fundamental de todo ser humano a ser ofertado de maneira igualitária pela instituição escolar. Assim sendo, surge à necessidade da criação de mecanismos de inclusão que sejam facilitadores da garantia desse direito, levando em conta a singularidade dos sujeitos e o respeito às diferenças.

A educação inclusiva deriva de um processo histórico de contraposição a modelos excludentes e segregatórios de educação, e procura integrar na sociedade indivíduos que outrora estavam à margem do convívio social. Portanto, inclusão educacional trata da não separação dos diferentes através de uma educação na rede regular de ensino e quando necessário um acompanhamento especializado como afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) instituída pela Lei nº 9.394/96

**Art. 58.** Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

No entanto, incluir não é apenas inserir os aprendizes na escola regular, pois além de injusto este ato não contribui para sua formação integral. É necessário enxergar a escola muito além de seu espaço físico e conferir a ela o caráter de unidade social e formativa. Para tal, as relações estabelecidas entre os sujeitos que nela interagem são importantes, pois, influenciam diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, as escolas que apresentam uma proposta inclusiva para alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) têm a função de quebrar barreiras que impedem a aprendizagem e o desenvolvimento dos mesmos. Por este motivo, aos educadores é solicitado preparo para lidar com estes alunos, tendo a escola responsabilidade em fornecer o apoio necessário através inclusive de formação continuada e da criação "de espaços dialógicos entre os professores, para que [...] possam reunir-se como grupos de estudo e de troca de experiência" (CARVALHO, 2013, p. 116), pois os professores precisam entender que a responsabilidade por esta quebra de barreiras também é deles e que sua ação é fundamental neste processo.

Entretanto, por ser a escola construída das suas relações também se faz necessário a criação de "vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participarem dos processos decisórios em relação à instituição e a seus filhos e filhas" (CARVALHO, 2013, p. 116) para que os mesmos compreendam que a aprendizagem de seus filhos não é somente "tarefa da escola" e que suas dificuldades educativas não são causa sem solução.

### **Relação entre família e escola numa perspectiva inclusiva**

A relação família/escola está muito mais próxima do se imagina, uma vez que a criança chega à escola com valores e crenças instituídos pela família e estas servirão como alicerce dos saberes sistematizados que serão adquiridos na escola.

A família é tida como primeira e mais importante instituição de formação e socialização humana, ao lado da a escola, que também é importante na construção do sujeito, constituem em duas instituições que se solicita interação, em especial quando abordamos situações diferenciadas. Faz-se necessário, portanto, que ambas hajam em conjunto através de "interações entre as partes família/escola, não como uma forma de troca de favores, mas como um complemento do que se estabelece no ambiente familiar" (OLIVEIRA, LOPES, et. Al. 2016, p. 27).

Para isto, a escola precisa convidar a família não só para contribuir ou ouvir reclamações sobre seus filhos, mas muito além disso, para participar dos processos decisórios da instituição e compartilhar experiências, considerando que, a construção da aprendizagem vai muito além dos muros da escola, pois como afirma Carvalho (2013, p. 115) "todos os que convivem com os aprendizes devem ser considerados atores, embora alguns não estejam presentes no cenário de aprendizagem que ocorre em sala de aula"

No que se refere à perspectiva da educação inclusiva, a Política Nacional de Educação Especial garante, dentre outras ações, a participação da família e da comunidade para assegurar a inclusão escolar. Isto porque é a troca estabelecida entre a escola, a família e os próprios alunos que contribuem não só na vida escolar, mas também em outros aspectos da vida em comunidade. No entanto, "desenvolver uma cultura escolar de caráter democrático, portanto, participativo, tem como desafio constante a execução de um trabalho de sensibilização, paciência, articulação e afinamento das relações interpessoais." (NASCIMENTO, MARQUES, 2012, p. 72).

É importante ressaltar que, uma vez as decisões tomadas, estas ao serem efetivadas, exige o necessário acompanhamento das tarefas e a qualidade nas relações com o outro para

que não haja um vínculo de cobrança e subordinação, mas sim uma articulação coletiva de ações.

## **Metodologia**

Este estudo está fundamentado na abordagem qualitativa, visto que esta forma de investigação possibilita uma maior interação do pesquisador com o campo em que é desenvolvida, pois, os investigadores "frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência." (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 48), buscando compreender a realidade do outro e oportunizando a observação e o uso de dados informais, como conversas com os sujeitos que compõem aquele ambiente. Leva ainda o pesquisador a se colocar no lugar do outro em função do contato direto e prolongado que tem no campo.

Sendo assim, para chegar aos objetivos desta pesquisa, foram utilizados instrumentos metodológicos de observação com registro em diário de campo e entrevista semiestruturada realizada com seis atores deste ambiente. Foram eles a técnica de área do departamento de educação especial da secretária de educação do município, a Gestora da escola, especializada em gestão e coordenação escolar e assumiu a gestão desta escola no início do ano de 2018, a Coordenadora do 5º ano da EJA, graduada em pedagogia e biologia e especializada em gestão e psicopedagogia, a professora atuante na sala de recursos multifuncionais, formada em pedagogia e especializada em educação inclusiva e educação especial, e duas mães de alunos inclusos da instituição. Foram aplicadas perguntas de acordo com a atribuição de cada sujeito, levando em conta os objetivos da pesquisa.

Fizemos uso de observações pois, esta dá ao pesquisador suporte para "descobrir" novos aspectos e coletar dados de forma direta e real, já que este pode utiliza-se de conhecimentos e experiências pessoais, tanto suas quanto dos sujeitos observados. (LÜDKE, ANDRÉ, 1986). Bem como a entrevista, que permite ouvir a voz dos indivíduos e registrar seu ponto de vista sobre o próprio ambiente de vivência através de um esquema mais livre.

## **Contexto da pesquisa**

Esta pesquisa foi realizada em uma Escola Pública Municipal da cidade de Caruaru - PE. A escola funciona em horário matutino e vespertino atendendo a educação infantil e os anos

iniciais do ensino fundamental, e em horário noturno com os anos finais do ensino fundamental, contemplando um público de nível socioeconômico desfavorecido.

São acompanhadas pela escola através do Programa de Atendimento Educacional Especializado (AEE) um total de 24 crianças com necessidades especiais, sendo 14 delas diagnosticadas e com laudo. Os atendimentos ocorrem no contra turno das aulas regulares, individualmente ou em pequenos grupos, com carga horária variante de acordo com as necessidades educacionais, na sala de recursos multifuncionais situada dentro da biblioteca.

### **Caminhos para a constituição da relação família/escola**

A relação família/escola parte de uma construção social dinâmica, que influencia diretamente o processo de desenvolvimento do aluno. No entanto, esta relação não se estabelece de *uma hora para outra*, pois, necessita de certo grau de confiança e do entendimento de ambas as partes sobre qual o seu respectivo papel na formação individual do estudante. Segundo Oliveira, Lopes, et. al. (2016, p. 26) "a construção da relação entre escola e família, enquanto cooperação, precisa se fortalecer em uma relação, primeiramente, de confiança, implica se colocar no lugar do outro, e não apenas de troca de ideias e discussões".

Os profissionais da escola observada percebem a necessidade de primeiro estabelecer um vínculo de confiança. Tal compreensão se explicita em falas como a da professora da SRMF, que ao abordar as atividades promovidas pelas escolas salienta que se faz necessário "Tentar firmar a parceria com a família de uma forma que não pareça nada invasivo, a gente sabe que tem que ter o respeito ao espaço da família, conquistar a confiança deles e em seguida estabelecer alguns vínculos no sentido de mediar a relação de inclusão. (Extrato da entrevista com a professora da sala de recursos multifuncionais).

Neste sentido, as estratégias construídas pela gestão buscam, inicialmente, conquistar as famílias.

Sobre como ocorre a participação, foram descritas as seguintes atividades: festividades comemorativas, participação em reuniões pedagógicas, conversa e encontros com familiares de crianças que apresentam um quadro diferenciado em sala de aula, conversas sobre o desempenho de alunos inclusos que aconteciam rotineiramente entre a professora da sala de recursos e o da sala de aula regular e/ou com o professor assiste cada criança e, quando necessário, eram passadas a coordenação escolar.

Entre estas ações, destaca-se a disponibilidade da escola em ajudar as famílias a conseguirem consultas e encaminhamentos para a obtenção de laudos médicos para as crianças,

através de um contato direto com as unidades de saúde da família na comunidade, isto porque, segundo a gestora, "a escola prioriza o atendimento a crianças com laudo, porque essas a gente já sabe como lidar, já tem um panorama de como trabalhar. Mesmo assim, nenhuma criança fica sem o atendimento" (Extrato do diário de campo, 15 de Junho de 2018).

Ainda segundo a gestora, "o laudo não faz tanta diferença *pro* atendimento na escola, é mais uma coisa pra beneficiar a criança mesmo, porque eles precisam" (Extrato da entrevista com a gestora). De acordo com a técnica de área do departamento de educação especial, a Secretaria de Educação atua justamente incentivando os familiares, através da escola, para conseguirem este laudo até mesmo em caso de necessidade jurídica.

A articulação da instituição escolar com outras instituições que integram a vida dos indivíduos que nela estão matriculados faz parte da proposta democrática de gestão em que "a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade para conquistar o *status* de comunidade educativa que interage com a sociedade" (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2005, p. 329).

Além destas formas de interação a escola também promoveu uma roda de diálogos para atrair familiares para o convívio escolar e mostrar a importância da instituição e da família no processo de desenvolvimento e inclusão social dos estudantes inclusos.

### **A experiência da Roda de Diálogos**

A ideia da Roda de diálogos surgiu de conversas entre a mãe de um aluno incluso e a professora mediadora, com o objetivo de estreitar os vínculos entre a instituição e a família e também para possibilitar a formação de uma rede de apoio entre os próprios familiares.

O momento contou com a participação da gestora, de um psicólogo e professor assistente da instituição e das mães. A gestora iniciou o encontro expondo a intenção do projeto de valorização pessoal, ao falar para as mães que aquele momento havia sido pensado para elas, pois além de mães as mesmas eram, também seres individuais.

O professor assistente da instituição falou sobre os cuidados que as mães precisam ter com sua saúde emocional e psicológica, e ressaltou que elas são seres individuais que também precisam de atenção. Após este momento algumas mães sentiram-se confortáveis para falar das barreiras que enfrentam na criação e aceitação de seus filhos e sobre como muitas se sentem esgotas utilizando frases como "Às vezes eu penso meu Deus que situação essa a minha" (mãe de uma criança com Transtorno do Espectro Autista - Diário de campo, 15 de Junho de 2018),



compartilhando suas dificuldades e dores, percebendo que elas encontram acolhida naquele grupo, que partilha de experiências comuns.

Nos dias que seguiram, evidenciaram-se os impactos desta ação no cotidiano escolar, principalmente no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, pois crianças que não tinham frequência regular de atendimento, posto que, os familiares afirmavam não poder trazer à escola no contraturno passaram a frequentar regularmente os encontros.

Por outro lado, as mães que participaram começaram incentivar outras a vir e cobraram da escola um próximo encontro. Uma delas afirmou: "aquele dia foi um presente, porque meu filho desde dois anos está em escola e sempre foi de escola particular e nunca pararam para conversar com a gente como foi lá na escola" (Extrato da entrevista com a mãe de uma criança com Transtorno do Espectro Autista).

É importante ressaltar que a escola entende ser de responsabilidade de mães e pais o acompanhamento dos filhos com deficiência, apesar de serem as mulheres (mães, tias, avós) as que predominantemente atendem às convocações da escola. No caso da roda de diálogo "Mães especiais: cuidando do cuidador", a delimitação de participação foi para as mulheres que terminam assumindo esse papel de acompanhamento das crianças com necessidades especiais e, segundo a professora da SRMF, idealizadora do projeto, afirmou que as mães estão mais acessíveis para este contato e por isso foram o alvo inicial. Mas que há uma pretensão de alcançar os diversos membros que compõem a família, no entanto neste momento o projeto precisa firmar-se e ganhar espaço no ambiente escolar.

Destaca-se portanto, que se faz necessário que a escola olhe para a família com esse olhar mais subjetivo para que a própria família entenda que tem um papel muito importante na escolarização e no desenvolvimento pessoal de seus filhos, no entanto "as proximidades entre ambas as partes não é uma tarefa fácil, exige confiança e criar estratégias para atrair a família" (OLIVEIRA, LOPES, et. Al. 2016, p. 27) visto que ambas se complementam por terem papéis distintos na educação dos estudantes.

### **Participação familiar**

A participação familiar nesta instituição ocorria de diversas formas, como a ação de levar e buscar as crianças na escola, a participação em eventos festivos e reuniões pedagógicas e as conversas que ocorriam rotineiramente com os profissionais da escola por interesse individual ou por serem convocadas pela instituição.

Nesta última forma de participação, destaca-se o modo como a relação escola/família tem se constituído, isto porque os familiares sentem-se confortáveis em explicitar ao corpo pedagógico as barreiras que enfrentam na escolarização de seus filhos e na vida cotidiana, este fato evidencia-se nas observações de avós e mães que chegavam à escola e na fala da gestora sobre um destes casos

Esses dias a gente chamou uma mãe pra conversar sobre uma criança do pré, quem veio foi a avó porque a mãe também apresenta alguns problemas já. Ela chorou e tudo, não queria aceitar. mas depois de algumas conversas ela foi no CRAS e conseguiu uma consulta e um encaminhamento pro neuropediatra, aí a gente continua acompanhado, chama pra conversar e dá esse apoio necessário (Extrato da entrevista com a gestora).

Outro fator que também influencia o processo de inclusão e de organização escolar, mas de modo negativo, é a não participação familiar, como aponta a professora da SRMF ao falar sobre o caso de um aluno que mora com a mãe e mais dois irmãos, mas que não era acompanhado pelo programa AEE e tampouco por um médico especializado.

A estratégia da atual gestão, neste caso, foi a busca pelo diálogo com a mãe que primeiro mostrou-se irredutível, mas, com o passar dos dias, tomou ciência através da escola, que poderia inclusive perder a guarda do filho caso não providenciasse o devido acompanhamento de seu filho, e procurou atendimento com um neuropediatra. Desde então a criança passou a frequentar regularmente as atividades escolares e a fazer acompanhamento com outros profissionais médicos.

Em casos como este a escola não age sozinha, a gestão convoca a Secretaria de Educação e o Conselho Tutelar para receber orientações de como proceder, como afirma a professora da SRMF "nós temos alguns casos de negligência familiar onde o conselho tutelar também é convidado a estar aqui junto com a gente pra poder intervir" (Extrato da entrevista com a professora da SRMF). A técnica da Secretaria de Educação compartilha também essa situação:

A gente tem alguns trabalhos de intervenção na escola, junto a família, junto a conselho tutelar. É mais assim quando a escola nos chama, às vezes tem casos em que o aluno é negligenciado, muitas e muitas vezes a gente vê que os pais ainda resistem (Extrato da entrevista com a técnica da secretaria de educação).

Essa explicitação por parte da escola de qual é o papel da família, faz parte do modelo democrático de gestão, embora nesta situação não se trate da tomada de decisões sobre as ações implantadas na escola e sim da constituição da organização escolar baseada na

autonomia e na responsabilidade que todos os atores tem sobre a prática escolar que interfere diretamente no processo de aprendizagem e desenvolvimento como afirma Libâneo, Oliveira, Toschi (2005, p. 334) "a autonomia precisa ser gerida, implicando corresponsabilidade consciente, partilhada e solidária de todos os membros da equipe [...]"

Assim, evidencia-se que é a participação familiar, em suas diferentes formas é fundamental para a constituição do processo de escolarização e conseqüentemente de formação humana. Por este motivo, é preciso que as diferentes formas de participação sejam levadas em conta, visto que:

Uma maior participação dos atores sociais no âmbito escolar interfere na construção de uma cultura democrática nas relações sociais como um todo e que há uma multiplicidade de práticas de participação, com formatos e intenções os mais diversos, que acabam sendo desconsideradas como válidas a essa construção por se afastarem do modelo preconizado e, por isso, acabam inibindo ou enfraquecendo as ações participativas. (NASCIMENTO, MARQUES 2012, p. 83)

Faz-se necessário, portanto, valorizar o modelo como a relação família/escola se estabelece nesta instituição, tendo em conta que os alunos inclusos e seus familiares são parte do corpo escolar e que os vínculos firmados através desta parceria tendem a quebrar barreiras no processo de inclusão e de escolarização destes estudantes.

## **Conclusão**

Esta pesquisa buscou analisar a relação estabelecida entre a escola e a família de crianças com necessidades educacionais especiais através da caracterização das estratégias construídas pela gestão para estabelecer a relação entre a instituição escolar e a família e, a forma como as famílias participam dessas estratégias.

É importante salientar que a compreensão de que os estudantes são alunos da escola como um todo, mesmo com o estabelecimento da hierarquia no que diz respeito à função escolar e não apenas alunos do professor regular ou da professora mediadora da SRMF, faz com que a participação coletiva se estabeleça para transformar a realidade social da própria escola e conseqüentemente da comunidade na qual ela está inserida, pois, assim todos são responsáveis pelo avanço coletivo e individual.

Conclui-se, portanto que a participação e a comunicação entre a escola e a família ocorrem de maneira plural e é justamente esta diversidade que caracteriza a escola como tal, por este motivo é importante valorizar e aperfeiçoar a relação que está se construindo e

não estigmatizar como esta deveria ser. Embora tal relação esteja ainda em fase de amadurecimento e exista um caminho longo a ser percorrido, já se evidencia que a participação familiar é importante para a instituição, não apenas como uma simples troca de informação e sim como um meio de compartilhar saberes diferenciados que transformem a realidade de todos os envolvidos neste processo.

### Referências

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa Cap. 2 In.: \_\_\_\_\_. **Investigação qualitativa** em educação. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 47 - 51.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394/96, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil** capítulo III: da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção I da Educação. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar / Luiz Fernandes Dourado. – Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 9ª ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mina Soabra. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. 2. ed. — São Paulo: Cortez, 2005.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

NASCIMENTO, Priscila Ximenes Souza do; MARQUES, Luciana Rosa. As interfaces da participação da família na gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 28, n. 1, abr. 2012. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/36143>>. Acesso em: 16 ABR. 2018.

OLIVEIRA, Jeieli Lindiene da Silva; LOPES, Daniela Aparecida Bernardino. Et. Al. **A Importância da Relação Entre Escola e Família no Desenvolvimento Intelectual e Afetivo do Aluno**. 4Rev. Saberes, Rolim de Moura, vol. 4, n. 1, jan./jun., p. 20-29, 2016.